Águas Claras preserva pomar

Com o objetivo de preservar cerca de duas mil árvores frutíferas na área desapropriada para a construção do bairro de Águas Claras, próximo a Taguatinga, a chacareira Devani Rodrigues começou há dois meses uma luta ecológica. Promoveu reuniões, apelou à primeira-dama, Weslian Roriz, e, finalmente, contestou em audiência pública o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Acabou encontrando apoio na Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (Sematec), que vai exigir do projeto urbanístico a preservação dos pomares.

Devani é a proprietária da Chácara 81 da Colônia Agrícola do Governador e não aceita a derrubada das árvores plantadas durante 20 anos no seu terreno de 20 mil metros quadrados (dois hectares). São centenas de abacateiros, mangueiras, jaqueiras, bananeiras, laranjeiras, limoeiros e, ainda, pés de cana e abacaxi. "Isso aqui é um santuário ecológico e não pode ir

abaixo. Merece ser preservado a todo custo", disse ela, ao lado de um abacateiro de mais de 20 metros de altura.

A chacareira resolveu "ir à luta" pela manutenção do pomar depois que funcionários da Companhia Imobiliária de Brasília (Teracap) entraram em sua propriedade com o argumento de que por ali passará uma rua e derrubaram 32 bananeiras. "Quando acordei, por volta das 9h00, várias pessoas cortavam as plantas sem nenhuma cerimônia. Então, resolvi brigar por este pedaço", salientou.

A Colônia Agrícola do Governador — tem esse nome porque fica ao lado da residência oficial do chefe do Executivo local — nasceu há mais de 20 anos. Até o começo do ano, 139 pequenos produtores receberam concessões da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF) para plantar no local.

Com o projeto do novo bairro, que vai atender cerca de 160 mil

pessoas em 32 mil imóveis, a área foi desapropriada e os proprietários indenizados. Devani se recusou a assinar o documento de transferência de seu terreno, porque considerou o valor da avaliação baixo. "Me ofereceram Cr\$ 60 milhões, o que é um valor irrisório", disse.

Apesar de contestar o que o governo propôs, ela faz questão de afirmar que a sua luta não é pelo valor "pecuniário" do imóvel. Mas para o que considera um patrimônio muito maior: o pomar de mais de 20 mil árvores frutíferas. Por isso, defende, junto às Organizações Não-Governamentais de Defesa da Ecologia (ONGs), a manutenção daquele espaço como está.

Ela afirma que tem o apoio da Patrulha Ecológica, da Rede das Entidades Ecologistas e Alternativa do Distrito Federal (REEAL-DF), do Instituto Brasil e Sociedade de Psicomotricidade e de membros da Cidade da Paz. Também,

do deputado federal Sidney de Miguel, do Partido Verde.

Devani propõe que no local seja construído um bosque ou que a área seja incorporada a uma praça pública ou, ainda, ao Parque Ecológico do novo bairro. Para chamar a atenção dos brasilienses para a sua luta, ela pretende fazer uma "passeata ecológica" na Esplanada dos Ministérios, quando vai distribuir frutas de graça.

O superintendente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente, Oto Ribas, afirmou que o Rima apresentado foi analisado e avaliado por uma comissão. A empresa Progea, que elaborou o parecer, recebeu censura e foi considerada inábil na apresentação dos estudos. Por isso, fez várias exigências, entre elas, que o projeto urbanístico definitivo deverá considerar, quando couber, os pomares e benfeitorias edificadas, para compatibilizar o seu aproveitamento enquanto equipamento comunitário.